



# JACOBSEN

ASSESSORIA E CONSULTORIA

**Parecer Jurídico nº 11/2025**

**Referência: Projeto de Lei nº 16/2025**

**Autoria: Poder Executivo – Prefeito Vilson Biguelini**

**Ementa: “Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.295/2017 quanto ao Brasão do Município de Canarana/MT e dá outras providências.**

## **1. DOS FATOS**

Trata-se de Projeto de Lei que visa remodelar o Brasão do município conforme modelo anexo ao projeto de lei ora em análise de autoria do Poder Executivo.

Feito o breve relato, passamos ao parecer.

## **2. DOS FUNDAMENTOS**

Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Dito isto, a Constituição Federal, em seu art. 13, §1º declara a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, símbolos da República.

No art. 13, § 2º, a Constituição prevê a possibilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios possuírem símbolos próprios.

E no artigo 2º da Lei Orgânica do Município de Canarana/MT dispõe em seu parágrafo único que:



# JACOBSEN

ASSESSORIA E CONSULTORIA

**Art. 2º** São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

*Parágrafo único.* São símbolos do Município, a Bandeira, o Brasão e o Hino.

Ou seja, o Brasão é considerado um símbolo do município.

A Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal estabelecem que os municípios possuem autonomia administrativa e legislativa, incluindo a competência para definir seus símbolos oficiais.

Embora a Lei Orgânica possa prever matérias de iniciativa exclusiva do Executivo, o rol dessas competências não é taxativo, permitindo que o Poder Executivo proponha alterações nos símbolos municipais, como o brasão, desde que respeitadas as normas vigentes.

Não se verifica, portanto, vício de iniciativa ou qualquer ilegalidade que impeça a tramitação da proposta. Assim, o parecer é pela legalidade do Projeto de Lei, podendo seguir para deliberação do Legislativo.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, não se verifica no Projeto de Lei ora em análise, vício de iniciativa ou qualquer ilegalidade que impeça a tramitação da proposta. Assim, o parecer é pela legalidade do Projeto de Lei, podendo seguir para deliberação do Legislativo.



# JACOBSEN

ASSESSORIA E CONSULTORIA

Entretanto, informamos que o presente Parecer Técnico não possui conteúdo vinculativo, ficando a cargo e critério dos interessados tomarem as decisões definitivas.

Cuiabá – MT, 11 de março de 2025

**Dra. CAMILA SALETE JACOBSEN**

**OAB/MT 26.480-O**

**Dra. ANA PAULA BARAÚNA DE MERCÊ**

**OAB/MT 26.807**